

# “ESTADO NOVO” EM PORTUGAL: ENSAIO DE REFLEXÃO SOBRE O SEU SIGNIFICADO\*

---

Luis Reis Torgal\*\*

---

## “ESTADO NOVO” – O PROBLEMA DA SUA CARACTERIZAÇÃO

O que foi o “Estado Novo” em Portugal e como compará-lo com o Franquismo ou mesmo com a ditadura de Miguel Primo de Rivera? Por mais que queiramos fugir de um problema quase insolúvel, perguntaremos ainda: poderemos nós incluí-lo no conceito abrangente de “fascismo”? Quanto à questão de comparar o Estado Novo com o caso espanhol, deixaremos essencialmente o problema para um debate que poderá resultar deste texto, no âmbito de uma análise de “história paralela” peninsular. Mas já não poderemos fugir das outras questões, que constituem a razão de ser desta nossa reflexão.

Actualmente, a posição mais comum entre nós é que o Estado Novo constitui uma forma de autoritarismo conservador e intervencionista sem propriamente se poder comparar com os regimes ditos “fascistas”, em especial os casos do fascismo italiano e do nazismo alemão. E o curioso é que tal

---

\* Conforme o título, este texto constitui um ensaio sobre um tema acerca do qual temos vindo a refletir. Teve, sobretudo, a intenção de levantar problemas, a fim de poderem ser debatidos num encontro luso-espanhol, realizado em Salamanca em 1995. Aliás ele será igualmente publicado na revista da universidade salamantina *Studia Historica, Historia Contemporânea*.

\*\* Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

posição – afirmada frontalmente por Manuel Braga da Cruz<sup>1</sup> e posta em parênteses pela maioria dos historiadores – surge depois de nos princípios dos anos 80, em Portugal, ser vulgar a utilização do conceito “fascismo” entre os investigadores, a ponto de o primeiro colóquio universitário sobre o tema se ter intitulado “O fascismo em Portugal”<sup>2</sup>.

Isso resultará da perda de força de um conceito de cujo uso político se abusou? Ou mesmo de uma análise mais profunda e extensa da realidade do Estado Novo, que levou os historiadores a repensarem a realidade e a utilização dos conceitos? Ou, ao invés, tal resulta de um certo “branqueamento” que se faz do regime ou, pelo menos, do envolvimento exagerado dos historiadores nas idéias do Estado Novo e de Salazar, a ponto de serem levados a concordar que se tratou de um sistema político “original”? Ou resultará tão-só da influência de sociólogos, politólogos e historiadores estrangeiros que praticamente desde sempre e até ao presente<sup>3</sup> embora não conhecendo bem a realidade portuguesa – se recusaram a encarar o Estado Novo como um regime fascista, relegando-o apenas para a categoria de um Estado autoritarista conservador?<sup>4</sup>

### “ORIGINALIDADE” (OU “IDENTIDADE”) DO “ESTADO NOVO”

A demarcação das “originalidades” do Estado Novo parte, de resto, de afirmações insistentes do próprio Salazar, manifestadas no princípio do seu consulado e que se prolongaram durante a sua governação.

Logo na entrevista dada a António Ferro, em fins de 1932, afirmou, falando da Ditadura Militar portuguesa: “A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão,

<sup>1</sup> Cfr. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa, Presença, 1988, sobretudo p. 28 ss. e 251 ss.

<sup>2</sup> *O Fascismo em Portugal*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.

<sup>3</sup> Veja-se o recente livro de Yves Léonard. *Salazarisme et Fascisme*. Paris, Éditions Chandeigne, 1996.

<sup>4</sup> Como ponto da situação do problema, ver António da Costa Pinto. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa, Estampa, 1992.

para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos"<sup>5</sup>.

Portanto, Salazar, que admirava Mussolini, a ponto de ter a sua fotografia na mesa de trabalho<sup>6</sup> e de ter preparado uma sua foto com dedicatória endereçada ao *Duce*,<sup>7</sup> quis salientar o carácter próprio do sistema, considerando a ainda existente Ditadura, saída do 28 de Maio, embora a dar o passo decisivo para o novo regime, como uma forma de autoritarismo "moral", ao passo que entendia o fascismo como uma ditadura "amoral", "maquiavélica"<sup>8</sup>. Inclusivamente, para distinguir bem os dois regimes, argumentou com a célebre afirmação de Mussolini, causa de algumas confusões sobre a caracterização dos regimes autoritários da Europa do tempo: "O fascismo é um produto típico italiano como o bolchevismo é um produto russo. Nem um nem outro podem transplantar-se e viver fora da sua natural origem"<sup>9</sup>.

Apresentemos outro exemplo, embora este menos claro no confronto com o fascismo, mas mais rico em outros aspectos. Vejamos o que disse Salazar no 1º Congresso da União Nacional, em 26 de maio de 1934: "Sem dúvida se encontram, por esse mundo, sistemas políticos com os quais tem semelhanças, pontos de contacto, o nacionalismo português – aliás quase só restritos à ideia corporativa. Mas no processo de realização e sobretudo na concepção do Estado e na organização do apoio político e civil do governo são bem marcadas as diferenças. Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são de todas as outras, e desejávamos se compreendesse bem não termos posto de lado os erros e vícios do falso liberalismo e da falsa democracia para abraçarmos outros que podem ser ainda maiores, mas antes para reorganizar e robustecer o País com os princípios de autoridade, de ordem, de tradição nacional, conciliados com aquelas verdades eternas que são, felizmente, património da humanidade e apanágio da civilização cristã"<sup>10</sup>.

<sup>5</sup> António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 74.

<sup>6</sup> Veja-se a sua reprodução in *Vértice*, n. 13, abril 1989, p. 87.

<sup>7</sup> Encontramos essa fotografia no arquivo particular de um descendente de Salazar.

<sup>8</sup> Dizia Salazar a Ferro: "Mussolini, digo eu, é um grande homem mas não se é impunemente da terra de César e de Mussolini..." (ob. cit., p. 75).

<sup>9</sup> A. Ferro, ob. cit., p. 74.

<sup>10</sup> "O Estado Novo Português na Evolução Política Européia", discurso proferido na sessão inaugural do 1º Congresso da União Nacional, na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 26 de maio de 1934. In: *Discursos*, I. Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. 334-335.

Finalmente, um último exemplo colhido dos discursos de Salazar. Em 1937, quando as convulsões europeias se agudizavam, num discurso proferido na sala dos “Passos Perdidos” da Assembléa Nacional, manifestava a independência portuguesa no contexto das rivalidades em confronto e considerava que se arriscava na batalha “a própria civilização do ocidente”<sup>11</sup> e, além disso, defendia-se das grandes críticas que se começavam a avolumar contra o seu regime, vindas da Europa democrática. Dirigindo-se aos oficiais de terra e do mar, reunidos para celebrar o malogro do atentado que lhe tinha sido dirigido dias antes, proclamava: “Vós sabeis que este regime a que ainda hoje chamam Ditadura, e agora carregado com o apodo de fascista, é brando como os nossos costumes, modesto como a própria vida da Nação, amigo do trabalho e do povo. Não há agitação superficial ou profunda, nem divisões das classes, nem ódios irreprimíveis na grande massa, irmanada hoje na aspiração suprema do engrandecimento nacional”<sup>12</sup>.

O mesmo tipo de argumentos encontramos em autores salazaristas e também, curiosamente, nos nacionalistas estrangeiros, especialmente franceses, que elegeram Portugal para campo dos seus ideais e das suas “experiências” políticas<sup>13</sup>. Em relação ao primeiro caso, tomemos apenas como exemplo o historiador e ideólogo do regime, se bem que originário das correntes monárquicas, integralistas, João Ameal. Num pequeno livro de 1938, *Construção do Novo Estado*, após elogiar o regime fascista, como um dos sistemas do que chama a “Revolução necessária”<sup>14</sup>, fala do “modelo português”, construído na base da Revolução Nacional do 28 de maio e no plano de Salazar: “[...] o Estado Novo Corporativo ergueu-se pouco e pouco, na sua arquitectura firme, harmoniosa, logicamente adequada ‘ao nosso temperamento e às nossas necessidades’”<sup>15</sup>. E Gonzague de Reynold – que num livro sobre a crise da Europa, de 1935, louvara também o fascismo<sup>16</sup> – considerou,

11 “Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra de Espanha”, discurso proferido na sala dos “Passos Perdidos” da Assembléa Nacional, em 6 de julho de 1937, ao agradecer aos oficiais de terra e mar as homenagens que lhe prestaram pelo malogro do atentado de que foi alvo no dia 4, *Discursos*, II, p. 304.

12 *Idem*, p. 302.

13 Sobre as relações do Salazarismo com os nacionalistas franceses, vide João Medina. *Salazar em França*. Lisboa, Ática, 1977.

14 *Construção do Novo Estado*. Porto, Tavares Martins, 1938, p. 21 ss.

15 *Idem*, p. 29.

16 “L’État fasciste est un magnifique oeuvre architecturale. Sa contemplation, son étude, provoquent un plaisir esthétique. C’est la seule construction politique, parmi toutes celles qu’on a élevées ou ébauchées depuis la guerre, qui soit harmonieuse dans sa nouveauté” (*L’Europe Tragique*. Paris, Éd. Spes, 1935, p. 292-293).

numa obra sobre Portugal, do ano seguinte, na qual, apesar de tecer algumas críticas à realidade ainda existente no nosso país, elogiou a experiência portuguesa, que Portugal não poderia imitar as experiências estrangeiras, mesmo o fascismo: "Et même l'imitation, la copie du fascisme ne serait pas sans danger d'inféodation à la politique italienne. Car tout régime importé de l'étranger est une submission à l'étranger"<sup>17</sup>.

Outro testemunho interessante é o do historiador do fascismo italiano e fascista Giocchino Volpe. Prefaciando uma coletânea de textos sobre o Estado Novo<sup>18</sup>, Volpe esforça-se por provar a sua "originalidade", salientando inclusivamente o estatuto de universitário do seu líder – "*Salazar era un professore di scienza delle Finanze a Coimbra*"<sup>19</sup>. Considera "inegáveis" muitas semelhanças – sempre, obviamente, encaradas positivamente – entre o Estado Novo e o Fascismo: igual rejeição da democracia política e do liberalismo e individualismo do século XIX; igual esforço para integrar a revolução na tradição; igual modo de definir e conceber a nação; igual propósito para manter o equilíbrio entre a intervenção estatal e a livre atividade privada; igual reconhecimento da propriedade, do capital e do trabalho, mas com uma função social e assim com determinadas obrigações; igual aspiração para construir, através das corporações, uma economia não diretamente dirigida pelo Governo, como simples reação aos excessos do liberalismo, mas capaz de uma autodisciplina; igual intenção para proteger e elevar os trabalhadores, para criar instituições voltadas para a educação moral, para o bem-estar do povo e para a saúde da família, para injetar um maior conteúdo educativo na escola e criar um novo espírito na juventude, etc. Mas salienta, por outro lado, muitos aspectos "originais", a ponto de considerar o Estado Novo "*una creazione politica strutturalmente portoghese*"<sup>20</sup>.

Neste contexto, salienta que no Estado Novo não havia propriamente um partido, dado que a União Nacional não o era; que não havia verdadeiramente uma milícia nacional; que Salazar rejeitava tanto a fórmula de "liberdade sem autoridade" como a de "autoridade sem liberdade", mas defendia sim o princípio de "autoridade e liberdade"; que optara pela concepção de um Estado forte, mas não divinizado e antepondo à concepção da fórmula "tudo pelo

<sup>17</sup> Portugal. Paris, Éd. Spes, 1936, p. 326.

<sup>18</sup> Aldo Bizzarri. *Origine e caratteri dello "Stato Nuovo" portoghese*. Milano, Istituto per gli Studi di Politica Internazionale, 1941.

<sup>19</sup> Ob. cit., p. 9.

<sup>20</sup> Idem, p. 13-14.

Estado” ou “tudo no Estado e nada fora do Estado” uma concepção de Estado em que a “nação” tinha um papel fundamental<sup>21</sup>. Reforçando esta idéia de “originalidade”, e pensando na própria figura do “ditador”, nota que não lhe foi dado nenhum título especial – *Duce, Führer, Caudillo, Conducator* –, mas que manteve o simples título de “Presidente do Conselho”.

## ACERCA DO CONCEITO DE “FASCISMO”

Mas será que essa “originalidade” ou, de uma forma mais correta, essa “identidade”, deve ser entendida como uma forma estruturalmente *diferente* de regime?

Fundamentalmente, para analisarmos de modo mais rigoroso e profundo a questão, teremos de fazer um esforço para afastar o termo “fascismo” de qualquer concepção ideológica, que em geral lhe é dada, em sentido polêmico e pejorativo, e de o entendermos como um conceito objetivo e abrangente mas complexo, que não autoriza a sua utilização fora de um certo contexto, como por exemplo é comum ouvir-se quando se acusa de “fascismo” qualquer forma de autoritarismo de qualquer época ou mesmo se acusa de “social-fascismo” o comunismo de sistema. Por outro lado também devemos afastar-nos de acepções demasiado teóricas e de interpretações estruturalistas e sistêmicas, normalmente próprias de sociólogos e politólogos, para considerarmos, como historiadores (mas não como historiadores empiristas, para quem a teorização não tem qualquer valor), que o estudo da questão supõe, acima de tudo, uma análise historiográfica do caso português. No fundo seguimos a velha e clássica afirmação de A. Tasca: “Para nós definir o fascismo é, antes de tudo, escrever a sua história”<sup>22</sup>.

Ao falarmos do conceito de “fascismo” como uma forma abrangente – “fascismo genérico”, como lhe chamou Stanley Payne<sup>23</sup> – estamos afinal a utilizar o termo como um conceito operatório que não nos deve impressionar. Na qualidade de historiadores, estamos normalmente, e quase desde sempre, habituados a usar conceitos desta forma: “Absolutismo” e “Liberalismo”, ou, noutra dimensão, “Feudalismo”, “Renascimento” e “Iluminismo” (*Ilustración*, em espanhol, dado que “Iluminismo” tem, em castelhano, um sentido

<sup>21</sup> *Idem*, p. 15-17.

<sup>22</sup> *Nascita e avvento del fascismo. L'Italia dal 1918 al 1922*. Paris, 1938, reedições de La Nuova Italia (Florença, 1950) e Universale Laterza.

<sup>23</sup> Vide, por ex., *El régimen de Franco, 1936-1975*. Madrid, Alianza Editorial, 1987, p. 65.

completamente diferente). E diga-se ainda que a utilização destes conceitos também não foi pacífica, originando um curioso debate historiográfico que igualmente não foi insensível às discussões ideológico-políticas. Assim, tem sido uma interessante e sintomática discussão na historiografia portuguesa saber se tivemos, e como e quando tivemos, verdadeiramente, um "Absolutismo". Quanto ao "Liberalismo", no seu próprio tempo afirmou-se a sua "originalidade", a ponto de haver quase uma constante posição dos nossos liberais contra a Revolução Francesa, ao passo que os contra-revolucionários o apresentaram como uma forma "estrangeira" – como o absolutismo pombalino o fora – de conceber a política. E, quanto a Feudalismo, os medievalistas portugueses, durante o Estado Novo, esforçaram-se por provar que se tratava de um sistema caracteristicamente francês e que, tanto em Portugal como em Espanha, não houvera "Feudalismo", mas apenas um "regime senhorial". Algo de idêntico se passa com o Renascimento. É certo que não se nega propriamente a sua existência – ainda que fizesse parte das concepções tradicionalistas entender, de forma crítica, que nele sobressaía o princípio do "livre exame", uma certa liberdade de pensar que, a longo prazo, gerava o heterodoxo racionalismo – mas procura chamar-se a atenção para a sua dimensão "católica", omitindo ou desvalorizando os traços da sua "laicidade". O antimaquívelismo precoce e sistemático que se encontra em Portugal é tido como uma prova importante desse "catolicismo". Todavia, tem sido esquecido que, por outra via – Justus Lipsius ou Botero –, passou uma concepção de "Razão de Estado" que, apesar de ser formalmente "moralista", não abandonava o pragmatismo político que caracterizara o pensamento "prático" de Maquiavel<sup>24</sup>. Aliás, nesse mesmo contexto, foi "branqueada" a Inquisição pelo pensamento católico oficial<sup>25</sup>. E, finalmente, quanto ao "Iluminismo" (*Ilustración*), houve a tendência para destacar a sua "originalidade" e para provar o seu sentido católico, longe das máximas deístas e da ironia cínica de Voltaire ou do racionalismo e do "cientismo" de Diderot e D'Alembert, ou da crença cega no "Progresso" de Condorcet.

Há, portanto, que desmistificar a utilização do termo "fascismo" e que enfrentar sem complexos a sua discussão para o caso português, como para o caso espanhol. Acima de tudo, devemos ter em conta que qualquer situação

<sup>24</sup> Vide Luís Reis Torgal, Introdução a João Botero. *Da Razão de Estado*. Tradução de Raffaella Longobardi Ralha, Coimbra, INIC-Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1992.

<sup>25</sup> Vide Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989, cap. IV, "Inquisição, História e Ideologia".

histórica tem a sua identificação nacional ou regional, não sendo esse facto impeditivo de o podermos integrar numa conceptologia abrangente, numa categoria operatória que nós cientistas teremos sempre de usar como forma de caracterizar realidades, mesmo que consideremos dever fugir de exageros taxonômicos, que, de resto, também caracterizaram a discussão do problema que agora nos interessa<sup>26</sup>.

Sem entrarmos, pois, em interpretações sistêmicas e estruturalistas do conceito e da realidade do “fascismo”, poderemos dizer que quase todos os historiadores, politólogos e sociólogos entendem que há certos traços comuns caracterizadores que passaremos a especificar, não antes de assinalar que esses traços são por vezes quase contraditórios. Numa palavra, só há “lógica” no “fascismo” se entendermos os seus aspectos como um todo, percebendo que há nele uma dinâmica própria e uma diversidade que resulta das próprias características históricas de cada situação. O que vamos rapidamente descrever, inspirando-nos em boa parte nas reflexões de Pierre Milza<sup>27</sup>, só pode, portanto, concorrer para o entendimento do “fascismo” se o entendermos na sua globalidade e na sua alteridade, e não apenas nas partes que o constituem, pois encontraremos facilmente linhas que, isoladas, vão desaguar em movimentos e sistemas que nada têm de “fascistas”.

1º – Regime de “terceira via”, oposto diametralmente ao comunismo como ao demoliberalismo. Daí que convirjam nele: socialistas arrependidos (para quem o socialismo é, todavia, um conceito passível de ser recuperado – “nacional-socialismo”, como caso limite); sindicalistas revolucionários que tinham como objetivo destruir a sociedade burguesa tradicional, através de um ativismo de rua e de uma utopia anarquista, passível de virar no sentido estatista e nacionalista (nacional-sindicalismo); republicanos cansados das lutas parlamentares e de rua, que se foram inclinando para fórmulas conservadoras e presidencialistas, embora com um especial enfoque social; católicos sociais que entendiam o corporativismo como “terceira via”; monárquicos integralistas e antiliberais, também corporativistas, que deram à “prática política” uma importância fundamental, devido aos confrontos do

<sup>26</sup> Cfr. Stuart Woolf, “Fascismo e autoritarismo: em busca de uma tipologia do fascismo europeu” e Stanley G. Payne, “A taxonomia comparativa do autoritarismo”. In: *O Estado Novo das origens ao fim da autarquia. 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos, 1987, v. 1.

<sup>27</sup> *Les fascismes*. Paris, Éditions du Seuil, 1991 (última edição).

século com o avanço liberal, republicano e socialista; intelectuais modernistas que acreditaram na "estética" do progresso, do "novo", da pura anarquia antitradicional, mas que puderam cair na sedução do governo autoritário que constrói um "mundo novo", mesmo que baseado na tradição...

2º – Regime "revolucionário" que assenta na ação de um partido único, servido por uma "propaganda" mobilizadora. Daí que seja também um regime autoritário, baseado na força carismática de um "chefe", e mesmo um regime "totalitário", que penetra em toda a esfera social, numa concepção de que o Estado tudo representa, em termos de interesse nacional, que se pode, portanto, servir de todos os meios ao seu alcance, numa atitude de maquiavelismo político e amoral. De onde a idéia de um "Estado novo", diferente de tudo o que até aí se construiu.

3º – Regime nacionalista que procura criar uma coesão ímpar, assente nas virtudes militares e numa concepção repressiva de tudo o que não represente a unidade de concepções. Daí o seu carácter eminentemente expansionista, imperialista, e de onde as concepções de um "novo homem", de "uma nova juventude", de uma "nova Europa" e de um "novo Mundo" ou uma "nova ordem de valores internacionais". Trata-se de uma "ordem", imposta pela força sem limites. Por estes motivos seria natural que o "fascismo" despontasse especialmente em Estados "novos", cujo problema nacional não estava ainda resolvido, que lutavam por uma coesão interna ou contra a "vergonha" do "desprestígio nacional" (os casos da Itália e sobretudo da Alemanha, esta submetida ao Tratado de Versalhes e que se sentia colonizada pelo capital judaico).

4º – Regime característico do pós-I Guerra Mundial, que encontrou nas crises dos sistemas demoliberais, na aventura comunista de 1917, na crise de 29, condições favoráveis para se afirmar. Daí que apareça como um regime modernizador, virado para o "progresso" e, por isso, apoiado sobretudo numa média burguesia em crise, mas que, ao mesmo tempo, fala constantemente do "povo" e utiliza processos de sedução populista. No entanto, se para conquistar o poder usa todas as forças, ideologias e concepções estéticas que se coadunam com os seus objetivos, através de uma poderosa máquina de propaganda, numa fase de estabilização, e continuando a usar essa mesma máquina, tende a negar o carácter moderno que à partida o caracteriza, defendendo um sistema de valores estéticos, políticos e morais de tipo conservador.

5º – Regime influenciado ideológica e culturalmente por correntes variadas, numa leitura eclética, sincrética, pouco sistematizada e quase contraditória. Talvez por isso os dois grandes vultos do “fascismo” sejam um professor do ensino primário, revolucionário e socialista (Mussolini), e um pintor austríaco marginal, frustrado e envolvido em posições nacionalistas (Hitler). Entre essas múltiplas linhas poderemos destacar:

- As correntes anti-intelectualistas e “sentimentalistas”, de sentido diferente, de Bergson e Nietzsche, sobretudo este com a sua concepção do “super-homem”, que ultrapassa a lógica da própria “história”, sem, no entanto, recusar a sua utilidade. A par disso, surge a idéia de uma formação integral do homem e da juventude, que encontra, por exemplo, no escotismo de Baden Powell uma idéia dinamizadora, bem como nas afirmações moralistas de Kipling e nos seus romances, como *Kim*. Ainda nesta perspectiva, pode falar-se do movimento de renascimento religioso. Por um lado, temos a corrente “modernista” que encontra intérpretes como Édouard Le Roy e o abade Loisy em França, o jesuíta George Tyrell na Grã-Bretanha, ou o padre Buonaiuti ou o romancista Fogazzaro na Itália. Pio X e Leão XIII vão exorcizar essas heresias e surge um movimento integrista, marcado por peregrinações a Lourdes e pela conversão de homens como Fogazzaro, Coppée e Huysmans, Brunetière e Claudel, Charles Péguy, de passado socialista, ou ainda o dramaturgo sueco Strindberg. O movimento literário ou musical (recorde-se a influência de Wagner) integra-se também em grande parte neste movimento, bem como o movimento de “história nacional(ista)”.
- As concepções sobre o primado da “prática”, que encontram em Maurras e na sua “politique d’abord” uma dimensão de direita.
- A tese da violência de Sorel, que pretende opor aos mitos liberais os mitos revolucionários de destruição heróica, em direcção a uma ordem nova.
- O nacionalismo de todos os matizes e presente em todos os países, como a Alemanha ou a França, que encontra, por exemplo, em Barrès um caso exemplar, com a característica de se tratar de um nacionalismo tradicionalista. Mas na França surge igualmente a tese da “desigualdade das raças humanas”, de Gobineau, ou a afirmação da superioridade da raça ariana defendida por Vacher de Lapouge, ou mais

tarde pelas teses pseudo-científicas de Jules Soury, enquanto o inglês Houston Stuart Chamberlain, que casará com a filha de Richard Wagner e se tornará cidadão alemão, na obra *Os fundamentos do Século XIX* (1899), anuncia o despertar dos povos germânicos.

- O anti-semitismo que se intensifica em França com o "affaire Dreyfus", mas que tem atrás de si uma tradição, concentrada sobretudo na obra de Édouard Drumont, *La France Juive* (1886), e que tem uma dimensão especial na Alemanha, onde Wilhelm Marr fundava uma liga anti-semítica.
- As concepções corporativistas, que foram defendidas sobretudo pela *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, mas que tinham fundamentos em todas as concepções defensoras da Monarquia tradicional e que encontraram em La Tour du Pin o seu defensor, bem como em todos os católicos sociais. Aliás, é a defesa de um "socialismo corporativista" que leva à tese da interpretação de Proudhon como um "mestre da Contra-Revolução".
- O sociologismo, presente da mais variada forma no pensamento dos fins do século XIX, tem uma força notável. Desde as teorias de Comte, passíveis de serem interpretadas à direita, até às teses do determinismo geográfico de Ratzel, até as teorias sobre a psicologia das massas, de Gustave le Bon (*La psychologie des foules*, 1895), até a sociologia idealista de Le Play, até as concepções católicas e pedagógicas de Edmond Demolins, terminando no sociologismo político de todos os matizes, desde o marxismo e o anarco-sindicalismo de Labriola, passando sobre as reflexões acerca da violência de Sorel, até as teses "práticas" de Maurras.
- A procura de uma teoria econômica nem socialista-marxista nem liberal-capitalista, baseada nas concepções corporativistas de variada origem, sobretudo cristãs, inclusivamente de tipo socialista utópico proudhoniano, mas também nas teses intervencionistas, de tipo alemão, de Wagner ou de Schmoller.
- O modernismo e as concepções de intelectuais de vanguarda, de variadas tendências. Na Itália, por exemplo, erguem-se as vozes de Corradini, que defende a guerra e o nacionalismo (*Il nazionalismo italiano*, 1914). Papini e Prezzolini consideram materialista a concepção de Corradini e exaltam as forças espirituais da Itália. Gabriele

D'Anunzio, admirador de Nietzsche, vê na aventura nacionalista e na guerra a possibilidade de viver um grande destino. Também o futurismo de Marinetti elogia a guerra como libertadora do passado e aponta para as virtudes do Progresso.

## ESTADO NOVO (“ESTADO SOCIAL”) E SALAZARISMO (MARCELISMO) – UNIDADE E EVOLUÇÃO

Passemos agora a uma reflexão sobre o Estado Novo e o Salazarismo (continuado pelo Marcelismo), conceitos que não são de todo coincidentes, pois se o primeiro tem um sentido essencialmente político-institucional (o Estado Novo surge em 1932-33 e termina, *grosso modo*, em 1974, na sua versão marcelista), o segundo tem sobretudo uma acepção ideológica, cultural e mental.

Antes de entrarmos nessa observação, anotemos, porém, dois aspectos que é importante ter em conta. Em primeiro lugar (recordemos), o regime que Salazar fundou e governou até 1968 caracteriza-se pela ânsia de “originalidade”, a qual, com efeito, já constitui uma das suas características nacionalistas, que aliás fazia parte dos movimentos nacionalistas de então e de toda uma tradição política portuguesa, nomeadamente de tipo tradicionalista e contra-revolucionário.

Em segundo lugar, salientemos que o Estado Novo não é absolutamente igual ao longo do tempo, embora mantenha aspectos comuns que possibilitam essa caracterização global. Na verdade, apesar mesmo de o Marcelismo aparecer com uma nova coloração estratégica, sobretudo no domínio das relações da política econômica, que já vinha a manifestar-se desde os anos 50, não deixou de manter-se, no essencial, ligado ao Salazarismo, como “Renovação na continuidade”, diluindo-se praticamente todas as veleidades no sentido de alterar, com alguma eficácia e profundidade, a estrutura do que, poderemos continuar a chamar “Estado Novo”, embora Marcelio Caetano lhe preferisse chamar “Estado social” (utilizando uma terminologia salazarista do pós-guerra<sup>28</sup>). A tentativa de liberalizar o regime, no que se chamou

<sup>28</sup> “Eu não quero forçar conclusões, – afirmava, num discurso proferido na Assembléa Nacional em maio de 1945 – mas, se a democracia pode ter, além do seu significado político, significado social, então os verdadeiros democratas somos nós” (“Portugal, a Guerra e a Paz”. *Discursos*, IV, p. 119-120).

eufemisticamente a "Primavera marcelista", reduziu-se afinal a muito pouco. Quase se restringiu, como se disse, a uma certa abertura econômica (nomeadamente em relação à CEE) e a uma política de educação, discutível mas, de qualquer forma, aberta ao ingresso nas escolas das massas populares, e caracterizada pela criação de novas universidades e de novas faculdades. Fora disso, apenas se verificou uma nova cosmética do regime (o que não constituiu novidade, já que no fim da guerra tinha havido também algumas mudanças de nomenclatura) – o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), herdeiro do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), foi extinto, criando-se uma Secretaria de Estado da Informação e Turismo; a União Nacional (UN) passa a chamar-se Ação Nacional Popular (ANP); a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), sucessora da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), tomou o nome de Direção Geral de Segurança (DGS)... Mesmo no domínio estritamente político se, em 1969, as listas da ainda então União Nacional inseriram nas suas fileiras uma "ala liberal" (Sá Carneiro, Pinto Leite, Pinto Balsemão, Miller Guerra, Magalhães Mota), o certo é que, perante a incapacidade de alterar significativamente o regime, os seus membros acabaram por abandonar o parlamento (janeiro de 1973). No fundo, tudo se manteve na mesma: a estrutura política; a repressão, ao nível da acção da PIDE/DGS e da censura, embora se verificassem alguns regressos "espectaculares", como do exilado bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ou de Mário Soares; a "guerra colonial", em que se goraram todas as tentativas de solução pacífica, etc.

Assim, pode dizer-se que, apesar de se dever fasear o Estado Novo, não deveremos estabelecer qualquer distinção essencial entre os períodos do regime ao longo de quase quarenta anos. Esses períodos acompanharam afinal as alterações que se passaram na Europa e no mundo, sem que essas modificações representassem saltos qualitativos fundamentais.

Desta forma, poderá falar-se: de um período de formação e consolidação do Estado Novo, que vai de 1932-33 ao fim da Guerra (ou mesmo a 1943, quando, com a cedência da base dos Açores aos aliados, se passou de uma "neutralidade geométrica" para uma "neutralidade colaborante"); de um período de abertura ao "Ocidente" e às relações internacionais, até ao princípio da década de 60, com a fundação da OECE (Organização Europeia de Cooperação Econômica), no contexto do Plano Marshall, e da NATO (1949), em que Portugal participou, a entrada na ONU (1955), tempo que acompanha a "guerra fria", e, depois, em 1960, a ligação à OCDE (Organização de

Cooperação e de Desenvolvimento Econômico), resultante da OECE, e à EFTA (*European Free Trade Association*/Associação Europeia de Comércio Livre); um período de crise e de isolamento (“combatemos sem espetáculo e sem alianças, orgulhosamente sós”, dirá dramaticamente Salazar<sup>29</sup>), que acompanha a guerra colonial e que se inicia no princípio da década de 60; e, finalmente, o “Marcelismo”, que constitui o momento de falecimento do regime, com a tragédia de uma liberalização frustrada e de um fim dramaticamente adiado.

Logo, a análise que vamos fazer é necessariamente global, ainda que tenha em conta este percurso. E é global porque o regime vai-se realizando e morrendo com uma notável coerência. Basta para isso ler os discursos ou as entrevistas de Salazar dos anos 30 e dos anos 60 – nada estruturalmente mudou. Somente as crises políticas se tornaram mais agudas, pois à crônica oposição dos anarquistas nos anos 30 e do Partido Comunista, reconstruído no princípio da década de 40, e de republicanos liberais (recorde-se o caso de Norton de Matos), juntaram-se as vozes de antigos salazaristas (os casos de Humberto Delgado em 58 ou mesmo de Quintão Meireles em 52), de *putschistas* dentro do próprio Estado Novo (como o falhado golpe de Botelho Moniz, de 1961), de católicos das mais variadas tendências e, em certos casos, da própria hierarquia (como o caso do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes), de socialistas democráticos que criaram a primeira forma de partido (a Ação Socialista Popular, ASP, criada em abril de 1964, por Mário Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa, que em 1973 se transformou no Partido Socialista Português) e de vários grupos da extrema esquerda, de inspiração maoísta, surgidos sobretudo depois de maio de 68. Estas crises denunciaram-se não somente em campanhas eleitorais, mas na organização de congressos, em greves sempre proibidas e em manifestações estudantis (sobretudo em 62 e 69) ou até, no caso dos católicos, nas igrejas (como sucedeu, em Lisboa, na igreja de São Domingos, em 1968, ou na capela do Rato, em 1972, ou em Macieira da Lixa, na católica província do Minho, interpretada pelo Padre Mário de Oliveira, preso em 1970, já no estertor do regime).

A breve análise que vamos fazer de cotejo das características essenciais do “fascismo” com o Estado Novo, no seu todo, não pretende ser simplificadora e muito menos simplista. Temos presente que estamos perante

---

<sup>29</sup> “Erros e fracassos da era política”, discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de fevereiro de 1965. *Discursos*, VI, p. 268.

uma questão em aberto e nunca esquecemos a já referida afirmação de Tasca: "Para nós definir o fascismo é, antes de tudo, escrever a sua história". E a verdade é que, a história do Estado Novo, seja ele considerado ou não como um regime "fascista", apesar do avanço significativo da sua historiografia, está em muitos aspectos por fazer, nomeadamente na sua fase marcelista.

## "ESTADO NOVO" E "FASCISMO"

Para uma melhor compreensão da nossa reflexão, nesta breve análise do Estado Novo e do Salazarismo, sigamos sensivelmente as linhas de caracterização que atrás deixámos do "fascismo".

1º – O Estado Novo à um típico regime de "terceira via". É certo que a Constituição de 1933 lhe deu uma certa aparência "republicana", "liberal" e "constitucional". No entanto, as restrições da própria Constituição (recorde-se os famosos parágrafos finais do artigo 8º que praticamente invalidavam os vinte pontos que regulamentavam os direitos e garantias dos cidadãos portugueses) conferem-lhe um sentido caracteristicamente autoritário ou, se quisermos, "ditatorial orgânico".

Salazar esteve sempre, diametralmente oposto ao demoliberalismo, à "democracia política", que considerava – inclusivamente utilizando argumentos do próprio Mussolini – como um regime ultrapassado<sup>30</sup>. E concretamente opunha-se ao espírito da I República Portuguesa, a cuja instabilidade, provocada pelo parlamentarismo e pela luta de partidos, se opunha, não só através da ideologia expressa, mas também consagrando obras históricas que a procuravam apresentar como uma "balbúrdia sanguinolenta", utilizando a expressão forte de Ramalho Ortigão. As obras desse tipo serão premiadas pelo SPN, como a *História de Portugal* (1940), de João Ameal, ou *A Revolução Portuguesa* (1941), de Jesus Pabón. Além disso, o anticomunismo foi sempre o seu ponto de ordem, desde que o regime se implantou,

<sup>30</sup> Na entrevista a A. Ferro, depois de aceitar a importância de algumas conquistas da democracia, opinava, no entanto, que todos os sistemas "nascem, vivem e morrem, como os homens". E, depois de afirmar que "negar a crise da democracia seria negar a evidência, o panorama político da nossa época...", disse ao entrevistador: "Permita-me que lhe recorde esta passagem dum discurso pronunciado por Mussolini, em Nápoles, há cerca de dez anos: 'A democracia julga os seus princípios imutáveis, que se podem aplicar em todos os tempos, em todos os lugares e em todos os acontecimentos. Mas nós não acreditamos que a História se repita, que seja um itinerário obrigado, que depois da democracia venha a super-democracia!'" (A. Ferro, ob. cit., p. 66-68).

ocupando um espaço especial no decorrer da Guerra Civil de Espanha, na II Guerra, durante a “Guerra fria”, altura em que surge a Legião Portuguesa (1937) e, finalmente, durante a Guerra Colonial.

Quantos exemplos poderíamos utilizar para comprovar esta posição salazarista de “terceira via”! Basta por isso só recordar a constante luta de Salazar contra aqueles que pejorativamente apelidavam o seu sistema de “ditadura”, aos quais contrapunha a idéia de que a “ditadura”, ou o autoritarismo, era em si mesmo um regime, embora em processo de aperfeiçoamento e de transformação. Foi isso exatamente o que afirmou, logo em 1934, no 1º Congresso da União Nacional, repetindo as palavras que dissera a “um crítico francês”: “As ditaduras não me parecem ser hoje parênteses dum regime, mas elas próprias um regime, senão perfeitamente constituído, um regime em formação. Terão perdido o seu tempo os que voltarem atrás, assim como talvez também o percam os que nelas supuserem encontrar a suma sabedoria política”<sup>31</sup>. Em maio de 1940, num discurso na Assembléa Nacional, dirá explicitamente, como o disse, de forma mais ou menos expressa, noutras ocasiões: “[...] nós que nos afirmamos por um lado anti-comunistas e por outro anti-democratas e anti-liberais, autoritários e intervencionistas [...]”<sup>32</sup>. E afirmações deste tipo continuarão a ser expressas mais tarde, por exemplo em 1958<sup>33</sup>, ou depois, em momento de “revivescência” do sistema e das suas formas repressivas. O fim da guerra e a queda dos regimes autoritários não o leva, na verdade, a repensar a sua política. Leva-o sim apenas a adaptar-se formalmente à nova realidade.

<sup>31</sup> *Discursos*, cit. In: ob. e vol. cit., p. 346.

<sup>32</sup> *Discurso* proferido na Assembléa Nacional, em 25 de maio de 1940, durante a sessão em que a câmara aprovou a Concordata e o Acordo Missionário, assinados no Vaticano em 7 de maio anterior. In: *Discursos*, III. Coimbra, Coimbra Editora, s.d., p. 236.

<sup>33</sup> “Panorâmica da política mundial”, entrevista concedida ao jornal *Le Figaro* e ali publicada em 2-3 de setembro de 1958. *Discursos*, VI, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, p. 40-41. Ali afirmou: “Se a democracia consiste no nivelamento pela base e na recusa de admitir as desigualdades naturais; se a democracia consiste em acreditar que o Poder encontra a sua origem na massa e que o Governo deve ser obra da massa e não do escol, então, efetivamente, eu considero a democracia uma ficção. Não creio no sufrágio universal, porque o voto individual não tem em conta a diferenciação humana. Os homens, na minha opinião, devem ser iguais perante a lei, mas considero perigoso atribuir a todos os mesmos direitos políticos. Se o liberalismo consiste em construir toda a sociedade sobre as liberdades individuais, então eu considero mentira o liberalismo. Não creio na liberdade, mas nas liberdades. A liberdade que não se inclina perante o interesse nacional chama-se anarquia e destruirá a nação”.

Mas, para além de autoritário, o Estado Novo afirmava-se como corporativo. Era a própria Constituição que assim o definia. E se esse corporativismo se poderia radicar no pensamento católico, o certo é que ele era igualmente defendido pelo Integralismo Lusitano e fazia parte da experiência fascista italiana. Aliás, Salazar, como vimos, nesse ponto não deixa de comparar o seu regime a outros regimes autoritários do mundo e o papel do Estatuto do Trabalho Nacional (1933) na nossa organização corporativa, salvo as devidas diferenças, não deixa de ser comparado à *Carta del Lavoro* (1927) do fascismo italiano. A obra clássica do romeno Manoïlesco era divulgada<sup>34</sup> e escreviam-se estudos sobre o corporativismo fascista<sup>35</sup>. Se o obreiro do corporativismo português, Pedro Teotónio Pereira, não cita nos seus discursos o caso italiano, isso deve-se sobretudo ao facto de, naturalmente, apresentar como referência essencial – nas suas próprias palavras – “o espírito do Mestre e a autoridade do Chefe”, Salazar<sup>36</sup>. Por outro lado, não deixa de ser sintomático que o socialismo utópico não seja particularmente criticado no Estado Novo. Salazar é contra o comunismo, contra o “socialismo integral”, contra o “socialismo de Estado”<sup>37</sup>, mas haverá sempre lugar para entender com certa simpatia o socialismo de tipo proudhoniano, aquele que, por exemplo, foi defendido por Antero de Quental<sup>38</sup>.

Em todo este contexto, deveremos salientar o que normalmente não é referido. Por muita importância que tenha Salazar no Estado Novo de que é o indiscutível “chefe”, apesar de se intitular oficialmente apenas de “Presidente do Conselho”, o Estado Novo não é só Salazar. Pode dizer-se que há uma “convergência estadonovista”, isto é, como nos sistemas ditos fascistas há uma verdadeira amálgama de políticos de várias origens que, por esta ou por aquela circunstância, desaguam no Estado Novo. De resto, há que fazer um estudo da genealogia dos políticos do Estado Novo e por políticos não se deve entender somente aqueles que sobressaram as pastas ministeriais, mas também os ideólogos e os intelectuais que lhe deram direta ou indiretamente

<sup>34</sup> Vide Mihaïl Manoïlesco. *Le siècle du corporatisme. Doctrine du corporatisme intégral et pur*. Paris, Librairie Félix Alcan, 1936.

<sup>35</sup> Vide António de Castro Fernandes. *O corporativismo fascista*. Lisboa, Editorial Império, 1938.

<sup>36</sup> Vide sobretudo A batalha do futuro. *Organização corporativa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937, p. 15.

<sup>37</sup> A. Ferro, ob. cit., p. 59 ss.

<sup>38</sup> Cf. “Antero de Quental nas leituras ‘integralistas’”. In: *Revista de História das Idéias*. Coimbra, n. 13, p. 401-439, 1991.

o seu contributo. Aliás, não se pode deixar de falar de um certo pragmatismo salazarista, da arte de saber administrar as diversas colorações políticas daqueles que vieram a ser seus partidários: nacionais-sindicalistas, que estiveram muito perto do fascismo italiano e mesmo do nazismo, integralistas monárquicos, sidonistas, republicanos conservadores, partidários de um conservadorismo autoritário radical e de um conservadorismo nacionalista, intelectuais modernistas, tenentes e capitães saídos da Revolução de 28 de maio de 1926, convergiram no apoio a Salazar e foi com base nesta amálgama que surgiu em 1932, por decreto da então ainda Ditadura Militar, a “União Nacional”, ou seja, o partido único do Estado Novo. E é indubitável que serão os germanófilos e os “fascistófilos” que constituirão a ala mais significativa do regime, em termos de ideologia política interna, ainda que os anglófilos (apenas anglófilos em termos de simpatia pela tradição inglesa e pela tradicional aliança, isto é, em termos de estratégia internacional e não em termos de regime político) tenham um papel importante em termos da diplomacia.

2º – Há, pois, um partido único, que, se não conquistou o poder, deteve e conservou o poder, à custa da repressão, do afastamento de discordantes ou da sua integração forçada, da eliminação de estruturas partidárias a começar no Centro Católico e no partido nacional-sindicalista. A distinção de Braga da Cruz entre regime “de partido único” ou “com partido único”<sup>39</sup>, apesar de interessante, parece-nos, pois, ociosa, e só distingue afinal processos políticos diferentes e com uma diversa dinâmica e aceleração. Seja como for, a característica do Estado Novo é a de uma “Revolução”, a “Revolução Nacional”, como ela própria se apelidou, chegando ao ponto, como aconteceu com o fascismo italiano, de celebrar os seus aniversários e os seus decênios e quase chegando a estabelecer um calendário a partir de 28 de maio de 1926. Não houve um partido que organizou uma “marcha sobre Roma” (ou sobre Lisboa) ou que venceu nas urnas, mas houve um partido que se impôs, à custa inclusivamente de uma continuada deturpação do jogo eleitoral. Mesmo quando se consentiu o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em tempo de fim de guerra (1945), tal aconteceu por muito pouco tempo e sem quaisquer garantias políticas consistentes.

Salazar, que, em termos legais – embora informalmente, ou em termos de propaganda, tivesse sido apelidado de “Chefe” ou, muito universi-

<sup>39</sup> M. Braga da Cruz, ob. cit.

tariamente de "Mestre" – foi humildemente tratado, como se tem anotado, por "Presidente do Conselho", obviamente que não se compara a Mussolini e muito menos a Hitler, na sua prática política e mesmo na sua pose militar e atlética, criando a imagem da força. Mas não se diga que não teve o seu carisma. Ele adveio-lhe exatamente da circunstância de Salazar ser um professor universitário e de, segundo ele, se ter rodeado de professores universitários e até de afirmar que não era um "político" e de querer regressar à sua cátedra de Coimbra logo que pudesse<sup>40</sup>. Por isso ninguém melhor que Unamuno captou o sentido do Estado Novo ao chamar-lhe "fascismo de cátedra" e ao salientar que tanto as Forças Armadas como a Igreja foram subordinadas a este "fascismo universitário"<sup>41</sup>. Mas também não se pode comparar, como o fez Ferro e Rolão Preto – este numa crítica "de direita" a Salazar que, segundo ele, não se configurava como o "Chefe", capaz de levar a efeito uma verdadeira "Revolução" – ao chanceler austríaco Seipel<sup>42</sup>, líder do partido cristão-social, amante da ordem, defensor do germanismo mas

<sup>40</sup> Cf. o nosso estudo "A Universidade e a classe dirigente durante o 'Estado Novo' português". In: *Las clases dirigentes*, por Antonio Álvarez de Morales e Constantino Garcia (recopiladores). Madrid, Editoriales de Derecho Reunidas-Editorial de la Universidad Complutense, 1992, p. 87-99.

<sup>41</sup> "Y nada mejor que llamar fajismo de cátedra – pedagógico y dotrinario – al que informa el actual régimen político portugués. La dictadura del nucleo que representa Oliveira Salazar es una dictadura académico-castrense o, si se quiere, bélico-escolástica. Dictadura de generales – o coroneles – y de catedráticos, con alguna que otra gota eclesiástica. No mucha, a pesar que el cardenal patriarca Cerejeira fué compañero de casa de Salazar y, como éste, también catedrático. Eclesiástico-catedrático, lo mismo que otros militares catedráticos" ("Comentario. Nueva vuelta a Portugal". *Ahora*, Madrid, 3.7.1935).

<sup>42</sup> As palavras de Rolão Preto são eloquentes: "O chefe do governo, arredando com efeito todos os extremismos, mostrou-se inteiramente um homem de Estado do centro, do centro político e econômico, procurando limar arestas, submeter a um mesmo denominador as paixões políticas, considerando enfim a sua ação condicionada pelo espírito reformador e equilibrado dos estadistas do seu temperamento. Ferro definiu bem a atitude do chefe do governo atual, chamando-lhe, como lhe chamou, um estadista do gênero do chanceler Seipel. Na verdade, Oliveira Salazar, mostrando-se admirador sincero de Mussolini, não o aceitou, evidentemente, para modelo como não duvidou manifestar o seu desacordo para com certos revolucionários do nacionalismo inspirado nas doutrinas onde o Duce foi beber [...]. Há de certo uma particularidade a considerar na apreciação da obra e dos propósitos de Oliveira Salazar: a particularidade de ser ele o único catedrático que está neste momento regendo os destinos de um país" E, comparando a sua ação à ação dos "ditadores europeus" que considera "capitães de 'coorte' e chefes de governo", conclui Rolão Preto: "Salazar é o professor calmo, reflectido, que conhece os homens através dos modelos da sua cultura, que os pesa, soma, diminui, divide e multiplica segundo regras de há muito fixas pelo seu método, pelo seu critério de formalista universitário" (*Salazar e a sua época. Comentário às entrevistas do actual chefe do govêrno com o jornalista António Ferro*. Janeiro, 1933, p. 9-10).

também da independência da Áustria, notável financista, já que, ao contrário de Salazar, Seipel esteve no poder em função de lutas democráticas e não contra a democracia.

Também é difícil aproximar Salazar do “totalitarismo”, que ele próprio repudiou, sobretudo se o compararmos com o totalitarismo alemão e mesmo italiano. Aliás, só conhecemos um texto de defesa do regime, provavelmente de raiz nacional-sindicalista, onde se chama a atenção para a “tendência totalitária” do Estado Novo<sup>43</sup>. Mas a verdade é que, seja como for, no Estado Novo – e a designação “Estado Novo” tem uma imagem fascista – o Estado penetra em todas as áreas, considera seus inimigos todos os cidadãos que não colaboram na “União Nacional”, não encarando aqui a expressão no sentido de partido, mas de imagem de unidade nacional em luta pelo mesmo e único “ideal” (“Tudo pela Nação, nada contra a Nação”). E cria-se uma ideologia de repressão baseada nesta linha unitária (ver o mandamento 10º do *Decálogo do Estado Novo*<sup>44</sup>), uma legislação e uma polícia que estabelecem uma prática de repressão. Veja-se por exemplo como o poder avançou nos meios universitários<sup>45</sup>, e genericamente no meio escolar, ou nos sindicatos, e até no

<sup>43</sup> *O problema universitário em Portugal*. Editorial Vanguarda, Avenida da Liberdade, 3-2º, Lisboa, 1934, p. 11-12.

<sup>44</sup> Este texto, atribuído ao ideólogo e historiador do regime João Ameal, é dos textos mais curiosos em termos de propaganda do Estado Novo. No 1º mandamento pode ler-se: “O Estado Novo representa o acordo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a vanguarda moral, social e política”. No 2º continua – revelação do sentido da síntese: “O Estado Novo é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de todas as suas energias criadoras”. E no 10º e último fecha-se o círculo, com a justificação da repressão: “Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria” (*Decálogo do Estado Novo*. Lisboa, SPN, 1934, respectivamente p. 5 ss., 15 ss. e 87 ss.).

<sup>45</sup> Em 13 de maio de 1935 foi publicado o Decreto nº 25.317, que abria as portas a grandes depurações políticas. No artigo 1º podia ler-se: “Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário”. A partir daí verificaram-se demissões diversas de que se destacam, no meio universitário, as realizadas em 1935 e 1947. Mas, mesmo em 1969 continuaram essas demissões ou tentativas de o levar a efeito. Um caso exemplar, que depois não veio a ter sequência, verificou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com Joaquim Ferreira Gomes, cujo único “crime” foi ter escrito um livro que advogava, entre outras medidas modernizadoras da Igreja, o casamento dos padres (vide *O padre num mundo em transformação*. Coimbra, Livraria Almedina, 1968). Ver Luís Reis Torgal, “A Universidade, a Ditadura e o Estado Novo (1926-1960). Notas de uma investigação colectiva”. In: *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*, vol. 5. Coimbra, 1991, p. 401-430.

seio da Igreja<sup>46</sup>, utilizando a Concordata como moeda de troca. Por isso o próprio Cardeal Patriarca – apesar de todas as conciliações com o regime – há de criticar Salazar de uma forma que tem passado despercebida à maioria dos historiadores<sup>47</sup> e por isso os intelectuais católicos, mesmo os conser-vadores, hão de, nos anos 50, tomar posições contra leis que lhe pareciam querer penetrar no próprio seio da família, constituindo a oposição ao decreto-lei 40900, de 12 de dezembro de 1956, referente à organização universitária, o único sintoma público de oposição permitida dos próprios salazaristas aos eventuais “excessos” do salazarismo, neste caso até, curiosamente, contra um dos seus ministros mais modernos, o Ministro da Educação Leite Pinto.

É claro que se pode falar, aparentemente, mais de uma reprodução de ideologia do que de uma repressão visível, é verdade que a “conversão” tem um lugar muito importante na estratégia do Estado Novo; mas tal acontece porque o Salazarismo quis assumidamente apresentar uma imagem de propaganda “original”, em que a repressão tinha um caráter benigno.

3º – O nacionalismo do Estado Novo não se compara evidentemente com o nacionalismo alemão ou italiano, Estados de formação recente que tinham

<sup>46</sup> Ficou célebre o processo do Padre Mário de Oliveira, preso em 1970 e julgado no tribunal plenário do Porto (vide José da Silva, *Subversão ou Evangelho? O processo do pároco de Macieira da Lixa no Tribunal Plenário do Porto*. Porto, 1971). No entanto, houve vários casos paradigmáticos, como, em momentos diferentes, o do Padre Abel Varzim ou do Padre Felicidade Alves, ou do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. A hierarquia aceitou essencialmente estas medidas repressivas, apesar de se verificar algum mal-estar, comprovado até pelas opiniões manifestadas pelo próprio Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira, ex-colega e amigo pessoal de Salazar (ver nota seguinte).

<sup>47</sup> Cerejeira, em entrevista a Christine Garnier, antes de se referir concretamente ao arrefecimento da sua amizade de Coimbra, por motivos de funcionalidade política (entenda-se: porque um era chefe do Governo e outro o primeiro dignitário da Igreja portuguesa), descrevia assim Salazar no seu tempo de companheiros de casa, de Universidade e de ideal: “A frieza de Salazar ocultava nessa época, como hoje, uma sensibilidade quase doentia. Sim a frieza era já o seu escudo e a sua defesa”. E descrevia deste modo surpreendentemente contraditório o “Presidente do Conselho”: “Salazar seguiu um caminho reto, sem atalhos. Continuou a ser o homem das grandes coisas e dos pequenos pormenores. Na mocidade, já se impunha pela sua natureza tão rica, pela sua tenacidade, pela sua inteligência e perfeito equilíbrio. Reconhecíamos-lhe uma rara objetividade nas discussões. Possuía a arte de contar com fina ironia, mas desdenhava da sua eloquência. Hoje, como antigamente, o seu primeiro gesto é de tímido. Hesita antes de se lançar na ação. Necessita de ser apoiado, e depois lança-se. Nunca vi tantos contrastes na mesma pessoa. Aprecia a companhia de mulheres e a sua beleza e, no entanto, leva uma vida de frade. Nele chocam-se a todo o instante o ceticismo e o entusiasmo, a desconfiança e a confiança, a bondade mais tocante e por vezes a dureza mais inesperada” (Christine Garnier. *Férias com Salazar*. 7ª ed. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1952, 1ª ed., em francês, 1952, p. 176-177).

problemas étnicos a resolver. Muito menos teve qualquer componente anti-semita, dado que o problema judaico estava mais que resolvido em Portugal, desde a legislação pombalina do século XVIII, ainda que o anti-semitismo apareça nos excessos de monárquicos como António Sardinha, o Visconde de Porto da Cruz, Alfredo Pimenta, para não falar de Mário Saa<sup>48</sup>, e em alguns germanófilos, na maioria dos casos incondicionais partidários do Estado Novo<sup>49</sup>. As suas concepções sobre a “raça”, que têm raízes no final da I República, ou mesmo antes, são assumidamente mais de sentido cruzadista. Assim acontece com o racismo em relação ao negro<sup>50</sup> e à justificação do prolongamento do colonialismo para além do que foi geralmente aceito na Europa<sup>51</sup>, no seio dos países democráticos, que depois da Guerra iniciaram, mesmo que contrafeitos, um processo descolonizador. O imperialismo do Estado Novo não poderia nunca ser um expansionismo europeu, até porque se o Portugal de Salazar se entendia “europeu”, era apenas numa perspectiva de “patrimônio espiritual”. O imperialismo de Salazar foi sobretudo atlântico e desesperadamente prolongado e de resistência. No entanto, deve dizer-se que Salazar não deixou de ser condescendente para com o expansionismo da própria Alemanha nazi<sup>52</sup>, não deixou de se manifestar publicamente mais

<sup>48</sup> Destaque-se a obra de Mário Saa, *A invasão dos judeus*, 1924.

<sup>49</sup> Vide o nosso artigo “Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais”. In: *Revista de História das Idéias*, nº 16, “Do Estado Novo ao 25 de Abril”, 1994, p. 73-1. Publicado também in: Marília Lopes dos Santos, Ulrich Kniefelkamp e Peter Hanenberg (eds.). *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa/Portugal e a Alemanha a caminho da Europa*. Centaurus-Verlagsgesellschaft, Pfaffenweiler, 1995, p. 193-219.

<sup>50</sup> Ainda em 1957 Salazar afirmava: “Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira; em relação às quais perfilhamos o dever de chamá-las à civilização...” (“A atmosfera mundial e os problemas nacionais”, discurso proferido em 1 de novembro de 1957, ao microfone da Emissora Nacional. *Discursos*, V, p. 427).

<sup>51</sup> A idéia de Salazar é que a África constituía um prolongamento da Europa, pelo que o colonialismo não era um conceito negativo. Em 1960, em entrevista a *Le Figaro*, insistia que “a palavra colônia no seu mais puro significado” continuava a ser “respeitável” e sublinhava, frente à iminência da descolonização e à luta pela independência dos territórios de África: “Se temos juízo, não separemos as coletividades africanas dos seus guias seculares que pouco a pouco, e não como, torrente devastadora, lhes vão transmitindo a sua civilização” (entrevista cit. In: *Discursos*, VI, p. 11 e 27).

<sup>52</sup> É evidente a sua compreensão pela questão alemã. Assim sucedeu quando, num importante discurso proferido na Emissora Nacional, em 27 de Outubro de 1938, criticou o Tratado de Versalhes pela situação de “menoridade” que atribuíra à Alemanha, elogiou o Tratado de Munique, que – no seu dizer – se não originou uma “nova Europa”, ao menos criou as perspectivas de “uma Europa muito diferente”, e chamou a atenção para o papel da Itália e da Alemanha no apoio à “Espanha nacionalista” com o objetivo de “erguer barreiras à invasão comunista”

contra a interferência dos aliados na sua própria política<sup>53</sup> do que dos alemães, que na verdade tiveram um certo tato para não perturbar a neutralidade geométrica do Estado Novo. E neste contexto Salazar acreditou até o fim numa "Revolução necessária" – para empregar a já referida expressão de João Ameal – que conduziria a uma "nova Europa", que liquidaria o sistema demoliberal ultrapassado e o comunismo ateu e concorreria para o triunfo de Estados autoritários diferentes, "orgânicos" e "corporativos", partindo do princípio de que não se manifestaria nenhum processo de germanização que a própria Alemanha também dizia não desejar<sup>54</sup>. Por isso o discurso oficial agradou mais à Alemanha do que aos Aliados<sup>55</sup> e por isso Salazar só terá passado para uma neutralidade colaborante depois da pressão inglesa e após a queda de Mussolini<sup>56</sup>. E o certo é que, mesmo depois da guerra, Salazar

---

("Preocupação da paz e preocupação da vida", discurso proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para a nova Assembléa Nacional, em 27 de outubro de 1938, *Discursos*, II). Salazar pronunciava-se no contexto da conferência de Munique (29 de setembro de 1938), na qual a Alemanha reforçou as suas posições na Europa, ocupando os Sudetos, adiando-se, assim, o grande conflito. A este propósito, Salazar elogia Chamberlain, "a quem – no seu dizer – o Chefe do Governo italiano deve ter dado a colaboração decisiva do seu gênio político".

- <sup>53</sup> Tal sucedeu particularmente em relação à guerra civil de Espanha e ao apoio que Portugal concedeu aos "nacionalistas", o que provocou a crítica da Inglaterra, contra a qual Salazar se insurgiu (vide "Portugal, a aliança inglesa e a guerra civil de Espanha", discurso proferido na Sala dos Passos Perdidos da Assembléa Nacional, em 6 de julho de 1937. In: *Discursos*, vol. II).
- <sup>54</sup> Para além do artigo citado "Salazarismo, Alemanha e Europa", vide também "Salazarismo, Fascismo e Europa". In: *Vértice*, janeiro-fevereiro 1993, p. 41-52. Nova edição: *O Estudo da História. Boletim da Associação de Professores de História*, n. 12-15 (II série). Lisboa, APH, 1990-1993, p. 111-134.
- <sup>55</sup> Não é difícil entender isso se tivermos em conta as críticas várias vezes feitas por Salazar ao fato de as forças ocidentais terem estabelecido uma aliança com a União Soviética e tendo em atenção o fato de, numa atitude de neutralidade geométrica, ter respeitado as posições alemãs. Ainda em 27 de junho de 1942 o Boletim Político n. 108 do Serviço de Informações da Secção de Imprensa da Legação Alemã em Lisboa, refletindo o que se dizia nos "meios de Berlim", elogiava a "forte afirmação de neutralidade" produzida pelo discurso de Salazar de 25 de junho de 1942. Nomeadamente louva o fato de Salazar se ter pronunciado contra a "aliança anglo-bolchevista", considerando que essa era "a primeira declaração oficial feita a esse respeito por um estadista neutro". Cola-se também à posição de Salazar relativamente à sua concepção política, na qual defende "a missão social do Estado" no "tríplice signo da Autoridade, do Trabalho e da Preocupação Social" e a "afirmação de que a democracia e o liberalismo se esgotaram no decurso do século passado". Ver o discurso de Salazar, "Defesa Económica-Defesa Moral-Defesa Política". In: *Discursos*, III, p. 321 ss.
- <sup>56</sup> Recorde-se que a demissão e prisão de Mussolini dá-se em 25 de julho de 1943 e em 17 de agosto seguinte verifica-se o tratado de concessão de facilidades militares à Inglaterra nos Açores, que é mantido secreto até 8 de outubro.

lamentará o “retrocesso” manifestado pela política mundial, ao tentar revigorar a democracia política e ao tomá-la permissiva ao comunismo<sup>57</sup>.

Também é indubitável que o regime organizou alguns aparelhos nas vésperas da própria guerra, e acompanhando a Guerra Civil de Espanha, que são reveladores da tonalidade fascista, ou fascizante, do regime. Já não falamos da Polícia Política – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1933), que inclusivamente teve relações com a Gestapo – mas também da Mocidade Portuguesa (1936) e da Legião (1937), do Secretariado de Propaganda Nacional (que penetrou nos vários campos para modelar uma “cultura popular”). A reestruturação do Ministério da Educação Nacional (1936) e as organizações do Trabalho (para além do Estatuto do Trabalho Nacional, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, FNAT) também parecem inspiradas em certos aspectos pela linha fascista.

4º – O Estado Novo, que se afirma entre as duas guerras, resulta dum sentimento de crise financeira e econômica próprio do tempo. Por isso ergue-se como um regime salvacionista, cujo chefe, Salazar, salvou o país da bancarrota. Assim é também um regime modernizador, servido de uma campanha notável. O ruralismo não desmente esse sentido. E, se fala constantemente do povo ou de nação, manifestando uma particular simpatia pelo “povo rural”, a que Salazar pertencia e dizia pertencer com orgulho, também se pode dizer que teve a faceta urbana possível, num país quase sem cidades.

Dir-se-á que no domínio cultural foi um regime virado sobretudo para uma concepção tradicionalista e historicista. Mas o mesmo não se passou na Itália e até na Alemanha? O que significou neste caso a famosa Exposição da Arte Degenerada, que – diga-se – nunca existiu em Portugal, pelo menos de forma oficial?

5º – Finalmente falemos brevemente (anunciando para já uma outra reflexão mais específica e profunda sobre o tema, a realizar oportunamente) de um aspecto que nos parece um dos pontos mais significativos – a matriz

---

<sup>57</sup> “Para mim creio que o pensamento político europeu, no sentido da revisão objetiva, à luz da razão e da experiência, dos princípios que devem reger a organização e o governo das nações, acusa um nítido recuo, isto é, um retrocesso” (“Relevância do Factor Político e a Solução Portuguesa”, discurso proferido na sessão inaugural da I Conferência da União Nacional, em 9 de novembro de 1946, no Liceu D. Filipa de Lencastre. *Discursos*, IV, p. 254).

cultural e ideológica do Estado Novo – porque tem constituído um dos aspectos de maior resistência à caracterização do regime como "fascista".

Com efeito, tem sido relevada a sua faceta católica tradicionalista. Mesmo alguns historiadores como Trevor-Roper aceitam a existência de duas linhas distintas que conduzem a dois sistemas diferentes e inconfundíveis, se bem que nunca apareçam no seu estado puro – a linha católica conservadora e a linha fascista<sup>58</sup>.

Julgamos que esta é uma das questões mais interessantes, que tem de ser devidamente esclarecida. É indiscutível que a matriz do Estado Novo ou, melhor, neste caso, do Salazarismo, é a matriz católica, sempre referida pelo próprio Salazar. Aliás, logo na várias vezes referida entrevista a António Ferro, Salazar não só se afasta das concepções mussolinianas, influenciadas pelo amoralismo de Maquiavel e pela teoria da violência de Sorel, como também da posição "política" de Charles Maurras, e da sua *politique d'abord*.<sup>59</sup> Ao invés vêmo-lo sempre ligado às concepções corporativistas do cristianismo social – herança da sua militância no Centro Acadêmico de Democracia Cristã (CADC) – e à sociologia idealista e pedagógica de Le Play e de Demolins.

<sup>58</sup> Trevor-Roper afirma dever distinguir-se, por detrás do termo vago de "fascismo", dois sistemas distintos que só o oportunismo levou a confundir num só: o que chama o "conservadorismo clerical" e o que apelida de "fascismo ativo". Todavia, Trevor-Roper – usando uma explicação sociológica – considera que em todo o movimento "fascista" se misturam em partes desiguais estes dois elementos. Nas sociedades mais de tipo rural, mais estáveis, predomina o primeiro sistema e nas sociedades mais mutantes e industriais predomina o segundo. Claro que Portugal está no primeiro caso, assim como a Espanha, a Áustria e a Hungria (Vide "The phenomen of Fascism". In: *European Fascism*. London, Weidenfeld & Nicolson. O texto foi traduzido para português na edição antológica brasileira *Fascismo*, organizada por Antônio Edmilson Martins Rodrigues. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974, p. 51 ss., nomeadamente p. 56 ss.).

<sup>59</sup> Salazar, que não esconde a sua formação essencialmente francesa e as suas leituras de Maurras (Chr. Garnier, ob. cit., p. 167-168), logo desde a referida entrevista a Ferro afasta-se, porém, dele (ob. cit., p. 1-147). Por várias vezes utilizou a fórmula maurrasiana "*Politique d'abord*" (vide, por ex., Chr. Garnier, p. 106-107) e considerou a importância da "ação política" em determinados momentos – para além de, em 1952, vir a lamentar o fato de a França ter deixado cair Maurras e Pétain (idem, p. 168) –, todavia, entende que nessa fórmula se encerra "um erro em história e sociologia", pois a vida dos povos não se reduz à política. E termina as suas considerações dizendo: "Acho salutar para a mocidade que à máxima de Maurras, *Politique d'abord*, ela oponha a interrogação (que é uma resposta negativa) de Demolins – *A-t-on intérêt à s'emparer du pouvoir?* Isso a desviaria de pensar que o problema nacional se resolve unicamente com o assalto aos órgãos do Estado. Nós precisamos de uma coisa que nunca tivemos e cuja falta sensível tem sido a causa dos nossos altos e baixos: formação das vontades para dar continuidade à ação" (Ferro, p. 146).

Não nos deve, porém, impressionar essa ligação preferencial. Apesar de tudo, Maurras sempre foi admirado por Salazar e, mesmo que consideremos autêntico o seu posicionamento – e não o pomos em dúvida –, o certo é que também o corporativismo católico constitui um dos elementos que concorreu para a formação do espírito do fascismo, bem como as posições integristas e ortodoxas do catolicismo. Elas justificavam, por exemplo, a repressão inquisitorial, que faz parte da historiografia oficial do salazarismo. Além disso, Salazar foi, tal como seu colega de Universidade e de residência em Coimbra, Manuel Gonçalves Cerejeira, indiscutivelmente um leitor de Bergson e das teses intuicionistas e anti-racionalistas, um crítico das concepções liberais e materialistas.

Mas, como dizíamos, o Estado Novo não se reduz ao Salazarismo. E o certo é que vemos surgir no seu seio, mesmo que *malgré lui*, concepções que representam outras formas de pensar e de estar. Salazar foi sensível a uma certa juventude que defendia concepções estéticas “fascistas” e modernistas, desde que elas não contrariassem as suas idéias básicas de tipo tradicional assentes na trilogia “Deus, Pátria, Família”. Assim, encontramos a conviver, no seio do Estado Novo, Antônio Ferro (admirador de D’Anunzio e Marinetti), Almada Negreiros ou Cotinelli Telmo (admirador de Speer) com Raúl Lino, os primeiros defensores da estética modernista e futurista – embora não ultrapassando os limites da idéia salazarista, a que se adaptaram, particularmente Ferro, o qual se tornou o notável director do SPN –, e Raúl Lino, o arquitecto da “casa portuguesa”, mas que também elogia, no tempo do nazismo, a arquitetura da Alemanha, onde se tinha formado. Estéticas diferentes misturaram-se, apesar de se poder acrescentar que a mentalidade tradicionalista pode não estar de todo ausente de uma estética modernista, por contraditório que tal pareça. De modo idêntico conviveram jovens militares de ultra-direita, como Santos Costa e até Humberto Delgado da primeira fase, com militares e políticos mais moderados, assim como puderam conviver integralistas e nacionais-sindicalistas, que aceitaram, esses sim, a doutrina soreliana da violência, com republicanos convertidos (alguns com acentuada preocupação social, como Bissaya Barreto), e ex-gerinatófilos com anglófilos, embora estes, como Teotónio Pereira e Armindo Monteiro, se limitassem, conforme dissemos, a uma visão “civilizada” das relações internacionais e da política interna, afirmando sempre e ajudando a construir a concepção do Estado Corporativo e nunca optando pela idéia de democracia política (pelo menos “à inglesa” ou “à americana”), que aceitavam como solução para outros

países e não para o nosso. Aliás, apesar do antidemocratismo de Salazar, nunca ele entendeu, obviamente, que não era possível conviver com as "grandes democracias", como lhes chamou com alguma ironia, ou os "Estados ocidentais", terminologia que preferiu, já que entroncando numa velha idéia de relativismo político, provinda dos contra-revolucionários do século XIX, admitia que todos os regimes poderiam existir no contexto da sua própria realidade "natural". Apenas o comunismo era um sistema satânico, *contra natura*, que cumpria destruir. Assim, foi essencialmente em nome do anticomunismo que, no pós-guerra, achou – como vimos – que a política europeia dera "passos para trás", ao voltar a defender a democracia desgastada, mas sobretudo por autorizar a legalização dos partidos comunistas, e foi também em seu nome que manteve uma eficaz e continuada repressão, que acabava por atingir todas as áreas consideradas heterodoxas. E eram heterodoxos para os salazaristas não só o comunismo, mas também a simples defesa do valor universal da democracia, aqueles que defendiam uma solução pacífica para a "guerra colonial" ou mesmo aqueles que se limitavam a defender uma concepção aberta de catolicismo.

Assim, poderemos dizer que a sobreposição natural e prolongada de várias linhas ideológicas, sempre (é verdade) subordinadas à referência de Salazar, acabaram por criar uma espécie de unidade de ação e de uma só ideologia do regime, onde apenas a União Nacional/Ação Nacional Popular podia controlar a política. Não é, pois, de estranhar que, no fim do regime, a pretensa abertura de Marcello Caetano – que fora na sua juventude um dos mais indefectíveis defensores de soluções de ultra-direita – mas que evoluíra para posições mais moderadas e desenvolvimentistas, encontrasse a oposição de ultraconservadores, que constituíam afinal a ala mais significativa e pura do regime.

## À MANEIRA DE CONCLUSÃO

Como conclusão sempre provisória, pelo menos nos seus contornos mais específicos, consideramos o Estado Novo como um regime "fascista". Trata-se, e dizê-mo-lo sem qualquer "regionalismo", de um fascismo "à portuguesa", adequado às nossas próprias características, de um povo rural, dotado de uma mentalidade rural e de uma concepção católica, de um Estado que fez da manutenção do seu império colonial a sua grande cruzada. Mas todos os sintomas do Estado Novo o aproximam das características de um Estado

fascista, naturalmente bem diferente de algumas acentuações muito mais ousadas do nazismo alemão ou até do fascismo italiano, só para falarmos dos casos clássicos.

E o que significou a ditadura de Primo de Rivera, que saudou Mussolini como seu inspirador e mestre, apelidando-o este de “chefe do fascismo espanhol”<sup>60</sup>? Ou o falangismo de José Antonio, considerado geralmente como o “fascismo espanhol”<sup>61</sup>? Ou a posição de direita de Calvo Sotelo, e do grupo da *Acción Española*, que não recusava o epíteto de “fascista”, se bem que num conceito vago de nacionalismo autoritário e corporativista<sup>62</sup>? Ou, evidentemente, do franquismo?

Como dizíamos, a questão ficará para ser debatida essencialmente pelos colegas espanhóis. No entanto, o certo é que não nos devemos deixar iludir pelas aparências e, sobretudo, pela afirmação de “originalidade” dos políticos, os quais desejam sempre afirmar que o regime a construir é diferente de qualquer outro. Mesmo José Antonio Primo de Rivera, o chefe da Falange, conotada com o “fascismo”, em 1933, numa declaração à imprensa, em inglês, que se encontra filmada, afirmou peremptoriamente: “O movimento que estamos a iniciar em Espanha não é cópia de nenhum movimento estrangeiro. Aprendemos do fascismo o que o fascismo tem de bom: a idéia de unidade, autoridade, e substituição de luta de classes pela idéia de cooperação”<sup>63</sup>.

<sup>60</sup> Gabriel Mauras Gamazo. *Bosquejo histórico de la Dictadura*. Madrid, 1930, p. 51-52. Apud Stanley Payne. *El régimen de Franco*. Madrid, Alianza Editorial, 1987, p. 34.

<sup>61</sup> Vide Stanley Payne. *Falange. Historia del fascismo español*. Madrid, Ruedo Ibérico, 1965.

<sup>62</sup> Cf. S. Payne, *El régimen de Franco*, p. 62.

<sup>63</sup> *The Spanish Civil War. Prelude of tragedy*. BBC.